

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA HABITACIONAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/BR

Data de aceite: 02/05/2024

Edenilza Silva Cesário

Assistente social; Niterói/Brasil; mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF; Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares/Universidade Federal Fluminense
<http://lattes.cnpq.br/5345247642572280>

RESUMO: O trabalho parte de algumas reflexões iniciais como assistente social com atuação na política urbana e habitacional na cidade do Rio de Janeiro/BR, objeto da escrita da dissertação Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF. Reflexões essas sobre a inserção de assistentes sociais na política, principalmente a partir do boom nas políticas urbanas e habitacionais, ocorrido na primeira década dos anos 2000; e de como no atual contexto de mudanças do capitalismo e de suas tendências conservadoras, a intervenção profissional se confronta com as projeções política e teórica maturada no projeto ético-político.

PALAVRAS-CHAVE: Exercício profissional, Assistentes Sociais, Trabalho Social, Política habitacional e urbana.

THE PROFESSIONAL EXERCISE OF SOCIAL WORKERS IN HOUSING POLICY IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO/BR

ABSTRACT: The work is based on some initial reflections as a social worker working in urban and housing policy in the city of Rio de Janeiro/BR, the subject of writing the dissertation Postgraduate Program in Social Service and Regional Development/UFF. These are reflections on the insertion of social workers in politics, mainly following the boom in urban and housing policies, which occurred in the first decade of the 2000s; and how in the current context of changes in capitalism and its conservative tendencies, professional intervention is confronted with political and theoretical projections matured in the ethical-political project.

KEYWORDS: Professional practice, Social Workers, Social Work, Housing and urban policy.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho parte de algumas reflexões iniciais como assistente social com atuação na política urbana e habitacional na cidade do Rio de Janeiro/

BR que está sendo objeto da escrita da dissertação Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF. Reflexões essas sobre a inserção de assistentes sociais na política, principalmente a partir do boom nas políticas urbanas e habitacionais, ocorrido na primeira década dos anos 2000; e de como no atual contexto de mudanças do capitalismo e de suas tendências conservadoras, a intervenção profissional se confronta com as projeções política e teórica maturada no projeto ético-político.

O fato do Rio de Janeiro ser um dos principais centros políticos do país, de referência internacional inclusive para a realização de inúmeros megaeventos, como os jogos esportivos da Copa Mundial de Futebol Masculino de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e o projeto de segurança pública como a UPP (Unidade de Política Pacificadora - Projeto implementado em 2008 que, em tese, consistia em ocupar determinados territórios dominados por facções criminosas para estabelecer um policiamento comunitário, que fosse próximo ao 'cidadão', e abrisse caminho para serviços sociais do Estado), repercutiu na política urbana e habitacional de forma enfática. Inúmeros projetos e ações urbanísticas buscam transformar a cidade, e com isso impactam diretamente na vida da população mais pauperizada e, principalmente, àquelas que buscam residir nas regiões mais centrais de forma a acessar as políticas como de emprego e renda, por exemplo.

Na transformação da cidade essa população acaba sendo expulsa para as regiões periféricas, acentuando ainda mais as desigualdades e aumentando a pobreza. É verdade que essas características não se alteraram ao longo da história do Rio de Janeiro, porém avanços foram sentidos no período pós-redemocratização com a legislação do direito à cidade, na implementação dos instrumentos urbanísticos, na elaboração de políticas, projetos e programas de urbanização, de habitação e na participação ativa dos segmentos da sociedade civil.

O Trabalho Social na política habitacional

É relevante destacar que, na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, os assistentes sociais desenvolvem suas ações na política habitacional no âmbito do trabalho social, que é a execução de um conjunto de ações que se configuram numa metodologia que aborda diversos temas em eixos, entre eles: mobilização, organização e fortalecimento social, desenvolvimento socioeconômico, educação ambiental e patrimonial. Esse conjunto de ações é norteado pela Portaria nº464/2018, do Ministério das Cidades, que no atual governo está em processo de revisão.

A título de esclarecimento, o papel do assistente social na política urbana está coadunado com os princípios básicos da Política Nacional de Habitação (2004), os quais são:

- Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, transporte, equipamento, serviços urbanos e sociais, saneamento ambiental;
- Habitação como política de Estado, no qual o poder público é agente na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão de moradia e na regularização de assentamentos precários (entendendo como os espaços de favelas e loteamentos), e que deve ser uma política pactuada com a sociedade e que extrapole a gestão de um governo;
- Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- Articulação das ações de habitação à política urbana e integrada às demais políticas sociais e ambientais.

O trabalho social enquanto componente estruturante da política habitacional e urbana no Brasil dever ser obrigatório para todos os programas, como as intervenções de urbanização, regularização fundiária, de provisão habitacional, em áreas de desastres naturais e outras consideradas de risco.

Como profissionais que atuamos diretamente com a população nos seus territórios, é essencial o Trabalho Social para garantir e viabilizar o fluxo de informações, de traçar estratégias de participação e realizar ações afirmativas junto aos diferentes grupos do território que está ocorrendo a intervenção, como forma de não só permitir a qualidade da implementação do projeto em toda a sua execução, mas de possibilitar que esses sujeitos sociais façam parte de fato da construção da cidade a partir de seu território, ou seja, sua atuação tem de estar orientada na perspectiva do direito à cidade.

Entende-se direito à cidade na perspectiva de Harvey (2014) como o direito de transformá-la em algo radicalmente diferente, a luta pelo direito à cidade é uma luta contra o capital.

Resultados preliminares da pesquisa

Algumas questões foram identificadas e que podem impactar no exercício profissional de assistentes sociais na política habitacional, os quais são percebidos como desafios também postos a outras políticas setoriais, pois são consequências do modo de produção capitalista vigente:

- Forma de contratação: a maioria dos assistentes sociais que atuam na política urbana tem contratos precarizados – contratos por prazo, contratos por produto/tarefa, contratos por MEI – Microempreendedor Individual;
- Carga horária extrapolada, uma vez que são contratados com um nome genérico, não fazendo jus ao direito às 30 horas de trabalho conquistado no Brasil;

- Condições da execução do trabalho: faltam insumos de suporte ao trabalho como espaço adequado, transporte e internet, por exemplo;
- Falta de tempo para atualização/capacitação profissional, considerando ser, em sua maioria, mulheres;
- A utilização das novas tecnologias de informação;
- Áreas conflagradas pela milícia, entre outros.

Para enfrentar esses desafios, os quais não são nada fáceis, é fundamental que os assistentes sociais se articulem com movimentos sociais e outros profissionais para fomentar a participação popular como forma de resistência e conquista do direito à cidade, além de seus próprios direitos.

Nesse breve panorama de questões apresentadas e desafios postos à categoria profissional, soma-se o fato de 92,92% dos assistentes sociais são mulheres, conforme pesquisa realizada pelo CFESS (2022), as quais possuem tripla jornada de trabalho.

Os desafios postos à atualidade do exercício profissional de assistentes sociais são diversos, uma vez que a atuação profissional muitas vezes se confronta com as diretrizes do projeto ético-político da profissão, que preconiza a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Nesse sentido, os assistentes sociais precisam estar atentos para não reproduzir práticas excludentes e discriminatórias em suas intervenções urbanas, nem de reatualizar práticas conservadoras.

Desafios colocados ao Serviço Social: um destaque para a política habitacional

Importante apontar que a instauração de uma sequência de mudanças na sociedade fomentadas pelo sistema capitalista, bem como os “novos padrões” delinear-se a partir da reestruturação produtiva e de seu princípio fundamental, que é reerguer os níveis de acumulação para concentração do capital. Esse processo estabeleceu inúmeras transformações que afetaram o mundo do trabalho e, conseqüentemente, ocasionou o que lamamoto (2015, p. 9) denomina de “agravamento da ‘questão social’”, que segundo a autora as expressões da questão social são fenômenos resultantes da desigualdade fomentada pela sociedade capitalista, que tem raízes na fragmentação entre as classes sociais, no fortalecimento do antagonismo social, na dependência e detenção de bens de uma pequena parte da sociedade (burguesia) em relação à outra parte em escala maior (proletariado), e que o Serviço Social é chamada a intervir desde sua gênese.

É nesta conjuntura excludente, seletiva, marcada por desigualdades e interesses antagônicos que ocorre a intensificação das manifestações da “questão social”, que se materializa no âmbito social, a partir da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, do aumento no índice de desemprego, pela terceirização dos serviços, pelo agravamento do empobrecimento, pelo aumento da taxa de adoecimento de trabalhadores nas diversas

áreas, dentre outros. Cada um desses processos interfere diretamente na organização da sociedade e “no conjunto das relações que se estabelecem entre o capital, o trabalho e o Estado” (CESAR, 2010, p. 117).

Iamamoto (2015, p. 21) ao discutir sobre o trabalho de assistentes sociais, evidencia que é importante que o profissional seja:

(...) um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

Ainda tratando sobre o trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade, pode-se apontar que identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização postas ao Serviço Social. E, portanto, na atual conjuntura há a necessidade de um profissional com “práticas sociais” capazes de enxergar possibilidades e conduzi-las à construção de um novo projeto de sociedade. Neste sentido requer comprometimento e compromisso da categoria, inserção nas discussões políticas para que se possibilite uma execução de qualidade no âmbito da política habitacional.

Segundo Iamamoto (2015, p. 20), um dos maiores desafios que o assistente social é o desenvolvimento de sua capacidade para decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano, pois a realidade é dinâmica e diversa. E ser um profissional propositivo e não apenas executivo das políticas requer envolvimento, articulação com profissionais de outras áreas e serviços.

Este é um grande desafio colocado na dinâmica de uma rotina da intervenção profissional, porém, nesse cenário de “subordinação” ao capital o assistente social depara-se com vários outros, dentre eles está a sua condição de trabalhador assalariado e com contratos precarizados, sendo a partir do processo de “contratação” e da venda de sua força de trabalho que se pode observar a utilidade do “consumo” de sua mão-de-obra para o capital, bem como essa condição reflete na prática profissional.

Como aponta Raichelis (2010), essa dinâmica de precarização atinge o assistente social com a insegurança do desemprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros.

Além desses desafios, o assistente social é colocado em contradições na conjuntura capitalista nos mais diversos âmbitos da intervenção, estando de um lado tentando viabilizar

os direitos sociais à classe trabalhadora e de outro vivenciando as situações de sujeição ao Estado, que é o principal órgão empregador da categoria.

O exercício profissional de assistentes sociais (...) responde às demandas do capital e do trabalho, e nessa díade só pode fortalecer um ou outro pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor da história, que conforme a teoria marxista se constitui como a luta de classes.

Deve-se considerar o exercício profissional do assistente social um elemento importante na contribuição para a resolução das problemáticas existentes na sociedade, uma vez que este desempenha suas ações que auxiliam na transformação da realidade social e as relações sociais nela existentes. Assim, cabe ressaltar alguns elementos constitutivos do processo de trabalho desta categoria profissional na contemporaneidade, e lamamoto (2015, p. 101) faz os seguintes apontamentos:

(...) acompanhamento dos processos sociais; conhecimento da realidade social sobre a qual irá incidir a ação transformadora do trabalho; (...) conhecimento da população a quem se dirigem os serviços profissionais [...] em suas condições materiais e subjetivas, considerando as diferenças internas e aquelas decorrentes de relações estabelecidas com os distintos segmentos do capital e com os proprietários (...).

Destaca-se que não se pode reduzir a atuação profissional a essas ações, pois a intervenção é bem mais ampla e aprofundada, é instrumentalizada, e possui três dimensões as quais são interligadas: ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Pela forma de inserção socioprofissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como parte da especialização do trabalho coletivo, é o de buscar possíveis soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas e que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica (GUERRA, s/d, p. 2). Referente às três dimensões, é fundamental ressaltar que uma complementa a outra, e que ambas são inseparáveis no processo de trabalho do assistente social, é nesta perspectiva de indissociabilidade das dimensões que SANTOS, FILHO E BACKX (2012, p. 17) defendem “a concepção de que o exercício profissional se constitui de uma totalidade, formada pelas três dimensões (...) que mantêm uma relação de unidade, apesar de suas particularidades”.

Pelo exposto, é no planejamento, no desenvolvimento e na viabilização de políticas que os assistentes sociais se colocam no dever de conceder a partir de seu trabalho, serviços que priorizem o acesso dos sujeitos sociais aos programas e projetos que possibilite ao público usuário a garantia de direitos.

Embora a atuação do Serviço Social na questão urbana tenha sua historicidade, datada antes mesmo da criação do BNH – Banco Nacional de Habitação, a análise do trabalho é a partir da criação do Ministério das Cidades em 2003 e seu arcabouço institucional que o Serviço Social retorna através do Trabalho Social e ganha lugar de destaque nos diferentes programas, sendo reconhecido como componente importante nas intervenções da política pública e passa a ser entendido como um direito na Política Nacional de Habitação; sua exigência, inclusive, é estendida para os Programas de Saneamento Ambiental Integrado, em particular com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ainda o Programa Minha Casa, Minha Vida em um momento posterior.

A exigência do Trabalho Social ganha destaque no diálogo com a população para viabilizar as intervenções físicas, social e a sustentabilidade dos projetos executados, orientado inicialmente pela Instrução Normativa nº 8/2009, do Ministério das Cidades foi o documento que configurou o Trabalho Social, sendo definido:

[...] como um conjunto de ações que visam promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda (IN nº.08/2009).

Esse é um ponto de destaque, pois com a obrigatoriedade do Trabalho Social sendo exercido em sua maioria pelos assistentes sociais, nos aponta uma direção importante; no entanto, o que verificamos nos municípios é a terceirização da execução do Trabalho Social, uma vez que falta estruturação das secretarias e de concurso público.

Esclarece-se que essa é a lógica da composição orgânica do capital e, contraditoriamente, a cada dia percebemos também os elementos neoconservadores na profissão que a conjuntura tem exaltado. Esses elementos são apontados na pesquisa realizada bibliográfica realizada por Cantalice (2016, p. 231) “(...) extratos da ideologia pós-moderna estariam sendo assimilados e incorporados no âmbito da produção do conhecimento do Serviço Social”.

Nesse arcabouço institucional nacional, o trabalho social é reconhecido como componente da política pública, articulado às diretrizes da política urbana e habitacional, e

esse reconhecimento pode ser considerado uma conquista da categoria de assistentes sociais que tem história de atuação nos últimos 30 anos nas políticas habitacionais (...) a trajetória nas lutas pela reforma urbana, pelo direito à cidade, pela gestão democrática, pela função social da propriedade, pela moradia digna e de qualidade, pela participação social da população e dos movimentos de moradia na definição, implementação e controle social da política pública (PAZ, R; DINIZ, T., 2018, p. 02)

Assim, evidencia-se o Serviço Social como uma categoria profissional importante nesse processo, trabalhando articulado à sociedade civil e ao Estado, no sentido de promover a inclusão à cidade. Esse debate sobre a inserção da categoria na política urbana

e habitacional retornou à cena com maior afinco, porém o que se pode observar é que essa reinserção não se vinculou de forma crítico-propositiva, acrescenta-se a isso a reorganização do mercado de trabalho, “gerando questões objetivas e concretas para o trabalho do assistente social: intensificação do trabalho, redução dos direitos, subcontratação, dificuldades para a requalificação profissional, entre outras” (SILVA, 2015, p. 116).

Essa reorganização decorrente das sucessivas crises do capitalismo e da reestruturação produtiva não é propícia aos interesses dos segmentos populares, pois as mudanças políticas e institucionais referenciadas pelo mercado se alinham com a economia mundial, e incidem sobre a cidade com as constantes modificações do espaço urbano, nunca voltados aos interesses da população. Exemplo são as intervenções realizadas para os megaeventos e transformações viárias que não possuem o objetivo de possibilitar a melhor mobilidade para e da população periférica.

É nesse contexto também que surgem os projetos de urbanização de favelas que gradativamente vão se colocando como mais uma estratégia de reestruturação urbana, na medida em que implicam em remoção de seus moradores, dando lugar aos interesses dominantes. E é nessa conjuntura que o Serviço Social tem sido chamado para atuar em projetos que envolvem remoções, realocações e remanejamentos de famílias, ainda que se utilizem de estratégias do discurso da participação e organização dos moradores, visam um consenso no sentido legitimar os interesses dominantes, não projetando alternativas para a população, o que nos remete ao exposto por Oakeshott (2014, p. 4) “ser conservador não é apenas ser avesso à mudança [...] é também a forma de nos adaptarmos às mudanças, algo que foi imposto a todos os homens.

Ainda que a perspectiva da intenção de ruptura tenha se tornado hegemônica na profissão, verifica-se a persistência da abordagem autoritária e compensatória que subestima as capacidades dos usuários de pensar, de transitar e de exercer suas liberdades com autonomia, como pode ser observado claramente na execução dos projetos sociais habitacionais. Nesse sentido, a dimensão do trabalho profissional é esvaziada de suas bases teóricas e políticas ao reproduzir os interesses da classe dominante fazendo minar ou consensuar os espaços de interlocução dos usuários, não contribuindo para a emancipação política, sem atuar na consciência dos sujeitos e com crescente despolitização na ação profissional, o que vai contra os princípios bem estabelecidos do projeto ético-político da categoria traduzidos no Código de ética profissional vigente.

Sendo assim, é importante que o assistente social esteja atento para os antigos dilemas que são reatualizados, como a questão do controle que a profissão assume hoje nas intervenções urbanas. Tendo em vista os desafios colocados e a persistência de traços conservadores da profissão é importante que os assistentes sociais invistam em suas ações profissionais cotidianas de maneira articulada aos movimentos sociais e outras categorias profissionais que estejam alinhados com a resistência, na perspectiva de resistir as formas opressivas de gestão da cidade, atentando para as possibilidades de atuação, para além do instituído, estimulando novas modalidades de expressão coletiva.

CONSIDERAÇÕES EM PROCESSO

Certamente, os assistentes sociais enfrentam uma série de desafios, especialmente na luta para manter sua direção social e projeto ético-político em meio à precarização das relações de trabalho. Precisam estar vigilantes e prontos para combater o viés neoconservador que está sendo propagado, principalmente em relação às intervenções urbanas que não são pensadas para os segmentos populares, mas que se tornam o público-alvo das modificações na cidade.

Nessa perspectiva, é crucial estar em consonância, de maneira articulada, com os movimentos sociais fomentando a participação popular, que é um dos elementos centrais, na perspectiva da resistência aos modos opressivos e violentos de gerir a cidade, bem como de outras categorias profissionais. A experiência do processo participativo, na conquista do direito à cidade, permite a construção de uma base de novos valores e posicionamentos frente a questão urbana.

O trabalho do assistente social no atual cenário, exige que se repense a participação para que ela ultrapasse sua perspectiva conservadora do processo de cooptação no que diz respeito aos processos de organização e de mobilização das classes populares. Nesse sentido, a utilização das novas tecnologias da informação na atualidade, ainda que restritas a uma parte da população, deve envolver os usuários, os movimentos sociais, a categoria e outros profissionais com a discussão sobre a questão urbana desejável, tornando-se uma estratégia importante para compartilhar informações, para ampliar conhecimentos e discutir coletivamente sobre o acesso ao direito à cidade com quem faz a cidade de fato.

Apesar dos desafios, é importante lembrar que o Serviço Social, com sua direção social e projeto ético-político, tem um papel crucial na sociedade. Ele atua como um mediador entre as necessidades da população e os recursos disponíveis, lutando constantemente pela justiça social e pela melhoria das condições de vida.

A precarização das relações de trabalho é uma realidade que afeta muitos trabalhadores, mas o Serviço Social está na linha de frente, vivenciando e defendendo os direitos dos trabalhadores e buscando soluções para esses problemas, quando não, para amenizá-los.

Portanto, embora os desafios sejam grandes, a importância e o impacto do Serviço Social não podem ser subestimados. A luta continua, e cada passo em direção à justiça social é um passo na direção certa.

Por fim, são inúmeros os desafios postos ao Serviço Social, sobretudo, na luta pela manutenção de sua direção social coadunado com o projeto ético-político e frente à precarização das relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Revista Temporális nº 03**, Brasília: ABEPSS. 2001. Brasília: ABEPSS. 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Instrução Normativa, n. 08, de 15 de janeiro de 2009**. Orienta as ações Trabalho Técnico Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. In: **Cadernos MCidades Habitação**. DF: Brasília, 2004.

CANTALICE, Luciana B. de O., Neoconservadorismo na Produção do conhecimento em Serviço Social: tensões e entre o pós-moderno e o projeto profissional. In: **Revista Temporális**, ano 16, n. 32, jul/dez, Brasília: ABEPSS. 2016.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competência e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social**. 5. ed., Cortez Ed.: São Paulo, 2010.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022.

CFESS. **Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. Brasília, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: **Território – territórios**. Niterói: Editora EDUFF, 2007.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed., São Paulo. ed. Cortez, 2015.

SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

Sem parar – **O trabalho e a vida das mulheres na Pandemia**. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Características gerais do conservadorismo na contemporaneidade. In: SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Recife: Ed. UFPE, 2020, p. 264-274.

SILVA, José Fernandes Siqueira da. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. In: **Revista Em Pauta**. (RJ), ano 13, n. 35, p. 99-125, jan. /jun. 2015.

PAZ, Rosângela D. Oliveira; DINIZ, Tânia Maria R. de Godoi. O Trabalho Social na política habitacional: a vitalidade do serviço social. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.